

O arquivo distrital de Braga e o património arquivístico municipal

Desde finais do ano transacto que o Arquivo Distrital de Braga se vem empenhando activamente no conhecimento exaustivo do estado global dos Arquivos Municipais do distrito e no conseqüente processo de organização padronizada dos respectivos espólios documentais.

Este tipo de intervenção traduziu-se, de imediato, no propósito claramente expresso de editar um «Roteiro das Fontes dos Arquivos da Administração, Regional e Local do Distrito de Braga» — projecto apresentado às Câmaras e ao Governo Civil que, em geral, o acolheram muito bem.

A execução de um tal projecto obrigou os seus autores a desencadear em quase todos os Arquivos Municipais o inevitável processo organizativo dos espólios documentais, na maioria dos casos mal acondicionados e empastelados, contando-se para isso com a disponibilidade de funcionários camarários, OTJ's e/ou ATD's.

A complexidade e amplitude de um tal processo em tantas frentes, cedo fizeram sentir a escassez dos recursos humanos envolvidos e a ausência de uma estrutura institucionalizada ao abrigo da qual todas as acções de carácter arquivístico e outras deviam ser feitas.

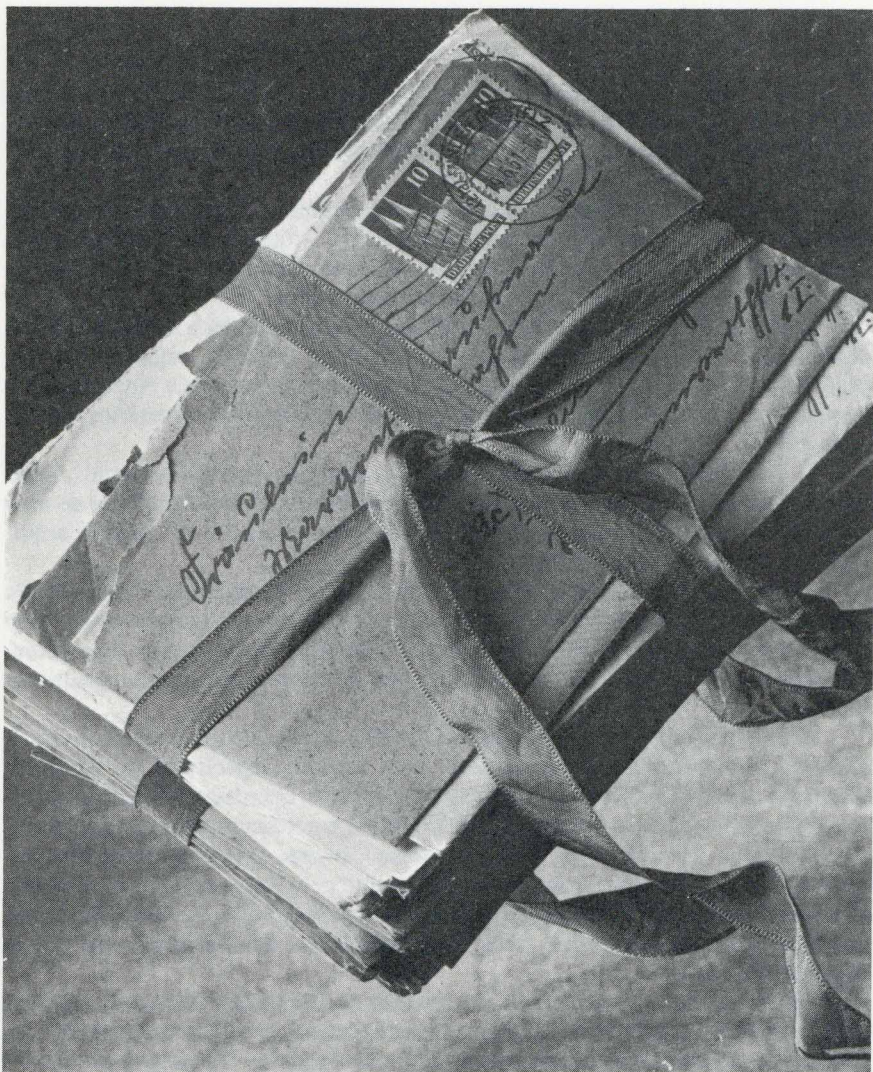
Surge, então, o Gabinete de Apoio aos Arquivos Municipais, Particulares e outros (GAMPO), vocacionado para promover o tratamento arquivístico em todo o distrito e garantir a possibilidade do acesso, em rede única, à vasta documentação organizada, ou seja, pôr ao conhecimento de todos o que a todos realmente interessa.

Gerido por dois Coordenadores, o GAMPO dispõe, no que respeita exclusivamente aos Arquivos Municipais, de dois espaços específicos de análise e discussão de questões técnicas e orgânicas, a saber: a Comissão Técnico-Consultiva (composta pelos Coordenadores do GAMPO e por funcionários administrativos e técnicos, de preferência BAD, das treze Câmaras na proporção de dois por município) e o Conselho de Autarcas (constituído pelo Responsável do ADB, por um Representante da Comissão Coordenadora da Região Norte, por três Técnicos Superiores do GAMPO e pelos treze Presidentes das Câmaras e/ou Vereadores do Pelouro).

Em 11 de Julho teve lugar a 1.ª reunião da Comissão Técnico-Consultiva para apreciação e debate dos seguintes pontos-chave: a edição do «Roteiro das Fontes...», a situação crítica da maior parte dos Arquivos Municipais do distrito

e questões técnico-arquivísticas — execução da Portaria n.º 503/86 de 9 de Setembro, articulação orgânica entre os Arquivos Correntes/Gerais e os Históricos, análise dos diversos quadros classificativos daqueles Arquivos das treze Câmaras, mais o do Governo Civil e delimitação da séries documentais nos Históricos.

Por seu turno, o Conselho de Autarcas reuniu pela primeira vez em 7 de Outubro, com a presença do Senhor Reitor da Universidade do Minho e do Senhor Presidente do Conselho Cultural da UM, tendo como ponto principal da agenda a análise e discussão do Protocolo (e Programa) de Cooperação entre o



ADB e os Municípios do distrito (versão provisória). Estiveram representadas onze Câmaras (Presidentes de Cabeceiras de Basto, Terras de Bouro e Vieira do Minho, Vereadores de Barcelos, Esposende, Fafe e Guimarães, Representantes de Amares, Braga, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde), tendo manifestado todas elas a inteira adesão ao espírito e encargos financeiros estipulados pelo Protocolo, cuja primeira fase de vigência se estende por três anos a partir de 1 de Janeiro de 1989.

Durante esse período o GAMPO compromete-se a criar uma Rede Informática única compatível com o sistema utilizado pelo IPA, adoptar um Quadro Classificativo uniforme para os Arquivos Municipais (Correntes e Históricas), prestar apoio técnico sistemático aos ditos Arquivos, promover uma formação contínua e qualificada aos funcionários municipais com atribuições arquivísticas, publicar instrumentos de pesquisa e fontes históricas relevantes desses Arquivos e integrá-los no projecto de Animação Cultural Arquivo-Escolas, que o ADB se prepara para ensaiar a curto prazo.

AMS/MC